

ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO, SENDO A TERCEIRA PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A.



Pelo presente instrumento,

BRASIL TELECOM S.A., com sede no SIA Sul – ASP – LOTE D – Bloco B, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.535.764/0001-43, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada “EMISSORA”);

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, distribuidora de títulos e valores mobiliários, com sede na Av. das Américas, 4.200, bloco 4, sala 514 na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”), nomeada nesta escritura e nela interveniente como agente fiduciário representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (“Debenturistas”) e (“Debêntures”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (doravante simplesmente denominada “AGENTE FIDUCIÁRIO”); e

BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A., com sede no SIA Sul – ASP – LOTE D – Bloco B, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.570.688/0001-70, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de interveniente garantidora, mediante prestação de fiança (doravante simplesmente denominada “GARANTIDORA”);

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente “ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO, SENDO A TERCEIRA PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA BRASIL TELECOM S.A.” (“Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na autorização para emissão das Debêntures deliberada na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de junho de 2004 da EMISSORA (“RCA” e “Emissão”), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal em 29 de junho de 2004 e publicada nos jornais Jornal de Brasília e Valor Econômico – Edição Nacional, em 16 de junho e 5 julho de 2004, e no Diário Oficial da União, em 21 de junho e 7 de julho de 2004. A prestação de fiança pela Garantidora foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 15 de junho de 2004, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal em 29 de junho de 2004, e publicada nos jornais Correio Braziliense e Valor Econômico – Edição Nacional, em 16 de junho e 5 de julho de 2004, e no Diário Oficial da União, em 21 de junho e 7 de julho de 2004.

1.2. Nos termos da RCA, foram delegados poderes à Diretoria da EMISSORA para (i) tomar todas as providências necessárias à efetivação da emissão das Debêntures, inclusive, mas não se limitando, à contratação de instituições financeiras autorizadas a prestar serviços de estruturação e intermediação da emissão das Debêntures, de banco mandatário, banco escriturador das Debêntures, de agente fiduciário, assessores legais, entidades de mercado de balcão organizado, bolsa de valores e demais instituições que se façam necessárias à implementação da emissão das Debêntures; e (ii) praticar todos os demais atos e providências necessários à formalização, efetivação e administração das deliberações da RCA, incluindo,

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

mas não se limitando a, firmar ou aditar a respectiva escritura de emissão das Debêntures, contratos e outros instrumentos relativos à operação.

Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS

2.1. A efetiva emissão das Debêntures está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

- a) arquivamento da ata de RCA da EMISSORA que deliberou sobre a emissão das Debêntures, e eventuais outros atos societários que deliberem sobre a emissão das Debêntures, na Junta Comercial do Distrito Federal;
- b) publicação da ata da RCA que deliberou sobre a emissão das Debêntures e de eventuais outros atos societários que deliberem sobre a emissão das Debêntures, nos jornais em que a Emissora efetua suas publicações legais;
- c) arquivamento da ata de Reunião do Conselho de Administração da GARANTIDORA que deliberou sobre prestação de garantia fidejussória, mediante fiança às Debêntures, na Junta Comercial do Distrito Federal;
- d) publicação da ata de Reunião do Conselho de Administração da GARANTIDORA que deliberou sobre prestação de garantia fidejussória, mediante fiança às Debêntures, nos jornais em que a GARANTIDORA efetua suas publicações legais;
- e) inscrição da presente Escritura e de eventuais Aditamentos na Junta Comercial do Distrito Federal;
- f) registro da presente emissão de Debêntures na CVM, na forma das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada parcialmente pela Lei nº 9.457, de 05 de maio de 1997 e pela Lei nº 10.303 de 31 de outubro de 2001, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400/03"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- g) registro da presente emissão das Debêntures na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), em atendimento ao Código de Auto-Regulação para as Operações de Colocação e Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários no Brasil, registrado no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Estado do Rio de Janeiro em 17 de janeiro de 2002 ("Código ANBID"); e
- h) registro para colocação e negociação das Debêntures (i) junto ao Sistema de Distribuição de Títulos – SDT ("SDT") e junto ao SND - Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA") e operacionalizados pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP") e (ii) junto ao Sistema de Negociação BOVESPA FIX, ("BOVESPA FIX"), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), sendo que, neste sistema, os negócios serão liquidados e as Debêntures serão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"), conforme item 3.6. da Cláusula Terceira desta Escritura.

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.



Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da EMISSORA

A EMISSORA tem por objeto a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas.

3.2. Número da Emissão

A presente Emissão constitui a 4ª emissão da EMISSORA, sendo a sua 3ª emissão pública de Debêntures.

3.3. Séries

A Emissão de Debêntures será realizada em série única.

3.4. Montante da Emissão

O montante da presente Emissão é de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão, podendo ser aumentada em até 20% (vinte por cento), conforme art. 14, § 2º da Instrução CVM nº 400/03.

3.5. Limite da Emissão

A presente Emissão atende ao limite estabelecido no *caput* do artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, respeitado o valor do capital social da EMISSORA que, em 19 de abril de 2004, totalizava R\$ 3.401.244.561,80 (três bilhões, quatrocentos e um milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e um reais e oitenta centavos).

3.6. Colocação, Procedimento e Negociação

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários. A colocação será pública, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos de Debêntures, privilegiando, independentemente de qualquer ordem cronológica, as propostas de investidores que desejarem subscrever as Debêntures que apresentarem as melhores propostas durante o Processo de *bookbuilding*, devendo ser consideradas como melhores as propostas que apresentem as menores taxas de remuneração para o investidor, sendo também desejável que a colocação seja realizada de modo a alcançar maior pulverização das Debêntures, para que haja maior liquidez no mercado secundário. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures, nem firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

3.6.2. No mercado primário, as Debêntures serão colocadas no mercado de balcão organizado, através do SDT. No mercado secundário, o debenturista poderá optar por negociar parte ou a totalidade das Debêntures de que for titular no SND ou no BOVESPA FIX.

3.7. Certificados das Debêntures

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.



A EMISSORA não emitirá certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será admitido como comprovante de titularidade o "Relatório de Posição de Ativos" expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no referido sistema; e/ou o Relatório de "Posição de Títulos", expedido através do Sistema de Liquidação e Custódia da CBLIC, caso as Debêntures sejam negociadas no BOVESPA FIX.

3.8. Destinação dos Recursos

Os recursos auferidos pela EMISSORA com a colocação das Debêntures, depois do pagamento das devidas despesas de emissão das Debêntures, serão destinados ao refinanciamento e alongamento de suas dívidas.

Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As Debêntures terão as características adiante especificadas e serão emitidas de acordo com as seguintes condições:

4.1. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 05 de julho de 2004 ("Data de Emissão").

4.2. Quantidade de Títulos

4.2.1. Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures.

4.3. Valor Nominal Unitário

As Debêntures terão valor nominal unitário ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

4.4. Garantia mediante Prestação de Fiança

4.4.1. Pela presente Escritura, a GARANTIDORA obriga-se para com os Debenturistas como fiadora e principal pagadora e solidariamente responsável por todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas pela EMISSORA relativas às Debêntures, renunciando, neste ato, expressamente, ao benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração previstos nos artigos 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil, pelo pagamento, na data de seu vencimento, do Valor Nominal Unitário das Debêntures não resgatadas e/ou não canceladas, acrescido da Remuneração e, se for o caso, dos encargos moratórios contratados.

4.4.2. Caberá ao AGENTE FIDUCIÁRIO requerer a execução da fiança, nos casos de inadimplemento da EMISSORA, observadas a forma e as condições desta Escritura.

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

4.4.3. A fiança objeto desta cláusula é prestada em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela EMISSORA, de todas as suas obrigações pecuniárias para com os Debenturistas, nos termos desta Escritura, podendo a GARANTIDORA ser chamada a qualquer tempo dentro deste prazo, quantas vezes necessário, a cumprir as obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura.

4.4.4. A GARANTIDORA declara e garante que (i) todos os requisitos estatutários e legais foram atendidos para a prestação da garantia ora contratada, (ii) seus representantes legais infra-assinados têm plena capacidade e estão investidos de poderes para firmar a presente Escritura em nome da GARANTIDORA; e (iii) a concessão da garantia ora contratada e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem quaisquer obrigações por ela assumidas anteriormente, que possam impactar de modo adverso e material o cumprimento da garantia prestada pela GARANTIDORA e (iv) não existe qualquer impedimento para a prestação desta garantia.

4.4.5. Caso a EMISSORA deixe de cumprir, integral e pontualmente, qualquer das obrigações pecuniárias ora garantidas pela fiança, incluindo encargos e penalidades, a GARANTIDORA obriga-se a cumprir tais obrigações imediatamente quando do recebimento de comunicação epistolar ou mediante fac-símile que nesse sentido receber do AGENTE FIDUCIÁRIO, independentemente de qualquer outra providência judicial ou extrajudicial, aviso, notificação ou outra espécie de demanda.

4.5. Prazo e Data de Vencimento

O prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 05 de julho de 2009 ("Data de Vencimento"), ocasião em que a EMISSORA procederá ao pagamento das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação.

4.6. Forma e Conversibilidade

As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações da EMISSORA.

4.7. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.8. Preço, Prazo de Subscrição e Integralização

4.8.1. As Debêntures serão subscritas, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme abaixo definida, calculada *pro rata temporis* no período a contar da Data de Emissão até a data da subscrição e integralização das Debêntures. A integralização das Debêntures será à vista, no ato da subscrição.

4.8.2. Conforme consta do art. 18 da Instrução CVM nº 400/03, o prazo máximo de subscrição das Debêntures é de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição das Debêntures. Observado o mencionado prazo máximo, deverão ser observadas as condições de subscrição e colocação das Debêntures desta Emissão estabelecidas no contrato de distribuição das Debêntures, a ser firmado entre a EMISSORA e as instituições a serem por ela contratadas para efetuar a distribuição e colocação das Debêntures desta Emissão.

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

4.9. Remuneração das Debêntures (“Remuneração”)

4.9.1. A Remuneração das Debêntures, a ser definida em procedimento de *bookbuilding*, tendo como taxa máxima do *bookbuilding* o equivalente a CDI + 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) ao ano, observará o disposto abaixo.

a) As Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (“Taxas DI” ou “Taxa DI”), calculadas e divulgadas pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de [taxa de juros] % ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

b) A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se no dia 05 de janeiro e 05 de julho de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 05 de janeiro de 2005 e o último, na Data de Vencimento.

c) As condições de Remuneração definidas acima terão período de vigência da Data de Emissão até a Data de Vencimento, ou até a quitação integral das obrigações da EMISSORA.

d) Define-se:

- (i) Período de Vigência de Juros - espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério de apuração dos juros aplicáveis às Debêntures, encerrando-se na Data de Vencimento;
- (ii) Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de Remuneração correspondente ao período (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida em 05 de janeiro e 05 de julho de cada ano, ocorrendo o primeiro vencimento em 05 de janeiro de 2005 e o último, na Data de Vencimento;
- (iii) Subperíodo de Capitalização - prazos definidos de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:
 - o primeiro Subperíodo de Capitalização inicia-se na Data de Emissão e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data;
 - os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI no vencimento do subperíodo anterior, entendendo-se como o novo subperíodo em vigor o prazo desta taxa, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização;

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

- as taxas dos subperíodos são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis* por dias úteis para a Taxa DI e por dias úteis para o *spread*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

e) O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro;

FatorSpread= Sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

- spread = spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;
- N = número de dias representativo do *spread*, ou seja, 252 dias, sendo "N" um número inteiro;
- n = o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo n um número inteiro;
- DT = é o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;
- DP = é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

4.9.2. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo se expressamente indicado de outra forma nesta Escritura.

4.9.3. Na ocorrência de extinção da Taxa DI, impossibilidade legal de sua aplicação às Debêntures, ou de sua não divulgação por mais de 10 (dez) dias seguidos, será utilizado em substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na ausência de índice que substitua a Taxa DI, ou caso, a exclusivo critério do AGENTE FIDUCIÁRIO, a Taxa DI ou seu substitutivo deixar de ser representativa da média dos depósitos interfinanceiros, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 para deliberar, de comum acordo, com a EMISSORA, o novo parâmetro de Remuneração das Debêntures, a ser proposto pela EMISSORA. Enquanto não houver definição sobre o novo parâmetro de Remuneração, deverá ser utilizada a taxa percentual da remuneração que as Debêntures fizeram jus no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior à convocação da referida assembléia, calculado *pro rata temporis* caso ocorra o vencimento de qualquer parcela da Remuneração ou outro evento em que o cálculo da Remuneração seja necessário neste período. Na hipótese em que não ocorra qualquer vencimento de parcela da Remuneração ou outro evento em que o cálculo da Remuneração seja necessário, o novo parâmetro de Remuneração, estabelecido entre os Debenturistas e a EMISSORA, será utilizado para a Remuneração do período compreendido entre a data de divulgação da última Taxa DI até a próxima data de vencimento de Remuneração ou do valor principal das Debêntures. Caso não haja acordo entre os Debenturistas e a EMISSORA, as Debêntures deverão ser resgatadas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, na sua totalidade, pelo saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração. As Debêntures resgatadas serão, conseqüentemente, canceladas pela Emissora.

4.9.4. Para fins de cálculo da Remuneração a ser paga aos Debenturistas na hipótese de ocorrência de resgate, conforme o disposto no item acima, fica desde já acordado que, a partir da data de convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ali prevista, as Debêntures pagarão Remuneração equivalente à taxa percentual da remuneração que as Debêntures fizeram jus no período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior à convocação da referida assembléia, calculado *pro rata temporis* até a data de pagamento do valor do resgate.

Observações:

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

- 1) O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- 2) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- 3) Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.10. Amortização Programada

As Debêntures não terão amortização programada.

4.11 Repactuação

Não haverá repactuação para as Debêntures desta Emissão.

4.12. Resgate Antecipado Facultativo à EMISSORA

4.12.1. A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão ("Data de Início de Resgate"), promover o resgate antecipado de todas ou parte do total das Debêntures não resgatadas e/ou não canceladas, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, aplicável até a data do resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da respectiva Remuneração, até a data do efetivo pagamento do resgate, acrescido de prêmio de reembolso. Para os fins do disposto no presente item, o prêmio de reembolso aplicável no caso de resgate antecipado das Debêntures será equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) sobre o valor do resgate, proporcional ao prazo em dias corridos restante entre a data do efetivo resgate e a Data de Vencimento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = d/D * 0,75\%$$

Onde:

P = Prêmio a ser pago em valor percentual sobre o valor do resgate

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo resgate e a Data de Vencimento das Debêntures

D = quantidade de dias corridos entre a data de 05 de julho de 2006 (correspondente ao período de 24 meses após a Data de Emissão) e a Data de Vencimento das Debêntures.

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

4.12.2. A EMISSORA deverá comunicar os Debenturistas acerca do resgate antecipado das Debêntures, na forma prevista no item 4.17. desta Escritura, no mínimo 20 (vinte) dias corridos antes do efetivo resgate das Debêntures.

4.12.3. Na hipótese de resgate antecipado de parte do total das Debêntures, o resgate ocorrerá mediante sorteio, na presença do AGENTE FIDUCIÁRIO, nos termos do parágrafo primeiro do art. 55 da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, sendo certo que, ocorrendo resgate parcial, deverão permanecer em circulação no mínimo 20% (vinte por cento) das Debêntures originalmente subscritas e colocadas, caso contrário, o resgate deverá ser total. As Debêntures antecipadamente resgatadas serão canceladas pela Emissora, implicando sua extinção. Para as Debêntures negociadas no SND, a operacionalização do resultado do resgate parcial mediante sorteio dar-se-á por meio de operação de compra e venda definitiva, nos termos do Regulamento de Operações do SND.

4.13. Aquisição Facultativa pela EMISSORA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures não resgatadas e/ou não canceladas por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de juros, observado o disposto no parágrafo 2º, do art. 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da EMISSORA, ou ser novamente colocadas no mercado.

4.14. Aquisição Obrigatória pela EMISSORA

4.14.1. A EMISSORA obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures não resgatadas e/ou não canceladas, dos Debenturistas que, individualmente, manifestarem interesse em vender todas ou parte das Debêntures de que sejam titulares, por preço igual ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, aplicável até a data de aquisição, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou data do último pagamento de juros, observado o disposto no parágrafo 2º do art. 55 da Lei 6.404/76, em 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da comunicação do Agente Fiduciário aos Debenturistas e à Emissora, que também será objeto de publicação sob a forma de “Aviso aos Debenturistas”, nos jornais habitualmente utilizados pela Emissora. Os Debenturistas deverão se manifestar em até 15 (quinze) dias corridos da data do recebimento dessa comunicação, informando o Agente Fiduciário sobre seu interesse de vender todas ou parte das Debêntures de que sejam titulares, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) alienação ou perda, a qualquer título, do controle acionário, direto ou indireto, da EMISSORA pela GARANTIDORA; e
- b) alienação ou perda, a qualquer título, do controle acionário direto da GARANTIDORA, por sua atual controladora direta, a Solpart Participações S.A., bem como da maioria do capital votante da Solpart Participações S.A.

4.14.2. No caso de ocorrência das hipóteses previstas no item 4.14.1.(a) e (b), a EMISSORA e/ou a GARANTIDORA deverá(ão) comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO, imediatamente após e desde que receba(am) comunicação por escrito, acerca da ocorrência das hipóteses previstas nos referidos itens.

4.15. Local de Pagamento

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.



Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados:

- a) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND, operacionalizado pela CETIP, para as Debêntures registradas para negociação no SND; ou
- b) utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou
- c) por intermédio do banco mandatário contratado para a emissão das Debêntures.

4.16. Prorrogação de Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário em Brasília, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP ou da CBLC, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos.

4.17. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser, imediata e obrigatoriamente, publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial da União, Valor Econômico – Edição Nacional e Jornal de Brasília.

4.18. Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força da presente Escritura, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a de efetivo pagamento.

4.19. Vencimento Antecipado

4.19.1. Na ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado abaixo indicadas, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal Unitário das Debêntures não resgatadas e/ou não canceladas, acrescido da Remuneração *pro rata temporis*, calculada por dias úteis (e no caso da alínea (b) abaixo, dos encargos moratórios, até a data do seu efetivo pagamento, previstos na Cláusula 4.18 desta Escritura), na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) pedido de concordata preventiva, liquidação ou decretação de falência da EMISSORA. Para fins deste item, considera-se também "pedido de concordata preventiva" qualquer outro procedimento legal da mesma natureza, caso o procedimento de concordata preventiva deixe de existir;
- b) não pagamento, pela EMISSORA, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas datas previstas nesta Escritura, não sanado no prazo de 3 (três) dias corridos, contados da respectiva Data de Vencimento;

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

- c) decisão judicial determinando execução judicial de títulos contra a EMISSORA cujo valor agregado não pago ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), valor esse reajustado, a partir da Data de Emissão das Debêntures, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado ("IGPM"), salvo se contra tal decisão judicial couber qualquer ação ou recurso judicial da EMISSORA perante o tribunal que determinou a execução do título ou tribunal superior a este;
- d) inadimplemento, vencimento antecipado ou protesto extrajudicial de qualquer obrigação financeira da EMISSORA cujo valor principal seja superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), salvo se sanado pela EMISSORA no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data de notificação à EMISSORA de ocorrência de inadimplemento e/ou vencimento antecipado;
- e) caso a EMISSORA deixe de respeitar qualquer dos seguintes limites e índices financeiros, a serem verificados trimestralmente: (i) na data de cada balanço trimestral, a relação entre o somatório do EBITDA consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres da EMISSORA e o somatório das Despesas Financeiras Consolidadas no mesmo período não poderá ser inferior a 2,25; (ii) na data de cada balanço trimestral, a relação entre a Dívida Consolidada e o somatório do EBITDA consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres da EMISSORA não poderá ser superior a 3,25; (iii) na data de cada balanço trimestral, a relação entre a Dívida Consolidada e o somatório entre Dívida Consolidada e Patrimônio Líquido não poderá ser superior a 0,60.

Definições:

1.) **"EBITDA consolidado"** significa o somatório (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) da depreciação e amortizações ocorridas no período, (iii) das Despesas Financeiras Consolidadas deduzidas das receitas financeiras e (iv) do resultado não operacional;

2.) **"Dívida Consolidada"** significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas da EMISSORA junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional. Avais, fianças, penhores ou garantias prestadas pela EMISSORA, bem como a venda ou a cessão de recebíveis futuros, serão considerados como dívida, desde que contabilizados como obrigações nas Demonstrações Financeiras da EMISSORA;

3.) **"Despesas Financeiras Consolidadas"** significa o somatório dos custos de emissão de dívida, juros pagos a pessoas físicas ou jurídicas (incluindo instituições financeiras e fornecedores), valores mobiliários, despesas financeiras que não impactem o caixa, comissões, descontos e outras taxas para empréstimos bancários ou cartas de crédito, despesas e receitas de operações de proteção contra variação cambial (*hedge*), despesas com avais, fianças, penhores ou garantias prestadas a outras obrigações, excluindo juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas, contabilizada como despesa financeira.

- f) perda, pela EMISSORA, da concessão para prestação de serviços de telefonia fixa comutada; e
- g) descumprimento, por parte da EMISSORA, de qualquer obrigação material prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data de aviso enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.



4.19.2. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (a), (b) e (f) do item 4.19.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, devendo o AGENTE FIDUCIÁRIO emitir notificação extrajudicial à EMISSORA, comunicando a verificação de tais eventos à EMISSORA. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (c) a (e) e (g) do item 4.19.1 acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembléia Geral de Debenturistas, regida na forma da Cláusula Nona desta Escritura, para deliberar sobre a declaração ou não do vencimento antecipado das Debêntures.

4.19.3. Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.19.2 acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do Valor Nominal, acrescido de Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, a menos que Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures não resgatadas e/ou não canceladas, em Assembléia Geral de Debenturistas convocada para esse fim, e observado o disposto na Cláusula Nona desta Escritura e seu item 9.7, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não será declarado o vencimento antecipado das Debêntures pelo AGENTE FIDUCIÁRIO. Caso a Assembléia Geral de Debenturistas de que se trata não seja instalada, por qualquer motivo, em primeira convocação, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela EMISSORA, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e encargos até a Data do efetivo pagamento.

4.20. Comunicações

4.20.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

Brasil Telecom S.A.
SIA Sul – ASP – LOTE D – Bloco B
Brasília - Distrito Federal
CEP: 71215-000
At.: Sr. Samuel Saldanha
Telefone: 61 415-1287
Fac-símile: 61 415-1358
E-mail: samuelsaldanha@brasiltelecom.com.br; gcarf@brasiltelecom.com.br

C/c para Diretor Jurídico
At. Dr. Sami Arap Sobrinho
Telefone: 61 415-1035
Fac-símile: 61 415-1870
E-mail: sami.arap@brasiltelecom.com.br

Para a GARANTIDORA:

Brasil Telecom Participações S.A.
SIA Sul – ASP – LOTE D – Bloco B

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.



Brasília - Distrito Federal

CEP: 71215-000

At.: Sr. Samuel Saldanha

Telefone: 61 415-1287

Fac-símile: 61 415-1358

E-mail: samuel.saldanha@brasiltelecom.com.br; gcarf@brasiltelecom.com.br

C/c para Diretor Jurídico

At. Dr. Sami Arap Sobrinho

Telefone: 61 415-1035

Fac-símile: 61 415-1870

E-mail: sami.arap@brasiltelecom.com.br

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Pentágono S.A. DTVM

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514

Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22640-102

At.: Sr. Mauricio da Costa Ribeiro

Telefone: 21 3385-4565

Fac-símile: 21 3385-4046

E-mail: mribeiro@pentagonotrustee.com.br

4.20.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja comprovado através de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias corridos após o envio da mensagem por fac-símile.

4.20.3. A parte que mudar do respectivo endereço ou que tiver qualquer de seus dados acima mencionados alterados deverá comunicar à outra parte o novo endereço para correspondência ou os novos dados, conforme o caso.

4.21. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.18 desta Escritura, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado veiculado na forma indicada na Cláusula 4.17 desta Escritura, não dará direito ao Debenturista ao recebimento de Remuneração pelo período relativo ao atraso correspondente ao período em que não compareceu para recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Cláusula Quinta - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS E DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.



5.1. Até o integral cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura, a EMISSORA está adicionalmente obrigada a fornecer ou tornar disponível ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) no prazo legal aplicável de divulgação de informações periódicas, após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras completas relativas a esse período, preparadas de acordo com a legislação societária, os normativos aplicáveis emitidos pela CVM e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e respectivas respostas, se for o caso;
- b) no prazo legal aplicável de divulgação de informações periódicas, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, não auditadas referentes aos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, preparadas de acordo com a legislação societária, os normativos emitidos pela CVM e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários nos termos da Instrução CVM nº 202/93 e alterações posteriores, nos prazos previstos na referida norma;
- d) qualquer informação razoável que venha a ser solicitada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, imediatamente ou no menor prazo possível, a ser informado ao AGENTE FIDUCIÁRIO em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de recebimento da solicitação respectiva; e
- e) nas mesmas datas de sua publicação, todos os avisos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver os interesses dos Debenturistas.

5.1.1. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

5.1.2. Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus Debenturistas, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;

5.1.3. Manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço; e

5.1.4. Notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras ou operacionais da EMISSORA que: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante e adversa o cumprimento, pela EMISSORA, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures nas hipóteses e condições de vencimento antecipado previstos no item 4.19 da Cláusula Quarta acima, ou (ii) possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA, por prazo superior a 15 (quinze) dias corridos.

5.1.5. Cumprir as determinações emanadas da CVM que forem dirigidas diretamente à EMISSORA a respeito da Emissão das Debêntures, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM.

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.



5.1.6. Não realizar operações que tenham sido julgadas, em instância final administrativa e judicial, fora do seu objeto social, observado o devido processo legal.

5.1.7. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei ou por disposição estatutária, e/ou juros sobre capital próprio se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora relativamente ao pagamento de quaisquer das obrigações pecuniárias devidas em virtude das Debêntures.

5.1.8. Manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, as agências de classificação de risco ("rating") das Debêntures, devendo (a) manter atualizada a classificação de risco; (b) divulgar ou permitir que a agência divulgue relatório com a súmula da classificação de risco; (c) entregar ao AGENTE FIDUCIÁRIO os relatórios de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento; e (d) comunicar imediatamente ao AGENTE FIDUCIÁRIO qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures e o início de qualquer processo de revisão de tal classificação a que a EMISSORA tiver acesso.

5.1.9. Manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures o banco mandatário e escriturador das Debêntures, o AGENTE FIDUCIÁRIO e os sistemas de negociação no mercado secundário (SND e BOVESPA FIX);

5.1.10. Manter seus bens materiais protegidos e segurados de forma necessária ao curso ordinário de seus negócios e atividades, e outros de acordo com seu julgamento;

5.1.11. Comparecer às Assembléias de Debenturistas sempre que solicitado; e

5.1.12. Notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO da convocação de qualquer Assembléia Geral de Debenturistas que venha a convocar.

5.2. Até o integral cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura, a GARANTIDORA está obrigada a fornecer ou tornar disponível ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) no prazo legal aplicável de divulgação de informações periódicas, após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras completas relativas a esse período, preparadas de acordo com a legislação societária, os normativos aplicáveis emitidos pela CVM e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à GARANTIDORA, ou à sua administração e respectivas respostas, se for o caso;
- b) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários nos termos da Instrução CVM nº 202/93 e alterações posteriores, nos prazos previstos na referida norma; e
- c) imediatamente, qualquer informação razoável que venha a ser solicitada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

5.3. A EMISSORA e a GARANTIDORA declaram e garantem, na data de assinatura desta Escritura, que:

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

- (i) são sociedades por ações devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de companhias abertas de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e a cumprir suas respectivas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura não infringe qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual sejam parte ou qualquer de suas controladas seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem de sua propriedade ou de qualquer de suas controladas, ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos, que possam acarretar, em qualquer dos casos previstos neste item, um efeito material adverso para a EMISSORA e/ou GARANTIDORA, conforme o caso, ou para a capacidade destas de honrar com as suas respectivas obrigações relativas às Debêntures;
- (iv) a presente Escritura é devidamente celebrada pela EMISSORA e pela GARANTIDORA, constituindo obrigação lícita e válida, exequível em conformidade com seus termos, observadas as leis de falência, insolvência, concordata e leis similares aplicáveis que afetem direitos de credores de modo geral, com força de título executivo extrajudicial nos termos do Artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (v) as informações e declarações prestadas pela EMISSORA e pela GARANTIDORA nos Prospectos de distribuição das Debêntures em relação à EMISSORA, GARANTIDORA e suas controladas são verdadeiras, consistentes, corretas e necessárias para que os investidores nas Debêntures tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades e contingências da EMISSORA, da GARANTIDORA e de suas respectivas controladas, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas, direitos e riscos em relação às Debêntures, não contendo nenhuma declaração falsa, incorreta ou incompleta ou omissões de quaisquer fatos relevantes;
- (vi) a EMISSORA, a GARANTIDORA e suas controladas cumprem, em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, agências reguladoras, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de todos os seus negócios;
- (vii) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações societárias necessárias (e obterão, se e conforme o caso, as autorizações que venham a ser necessárias perante a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração da Escritura de Emissão e ao cumprimento das obrigações aqui previstas; e
- (viii) observados os limites impostos pela legislação aplicável, não omitiram ou omitirão nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou de suas atividades e atividades de suas controladas.



ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

Cláusula Sexta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da Emissão da presente Escritura, **PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, qualificada no preâmbulo desta Escritura, que neste ato aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, EMISSORA, a comunhão dos titulares das Debêntures.

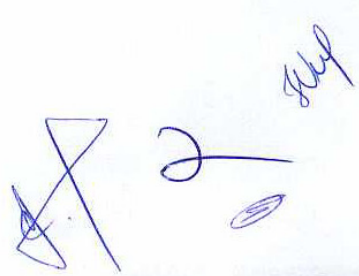
6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- b) aceitar integralmente esta Escritura, todas suas cláusulas e condições;
- c) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- d) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- e) ter verificado a regularidade da constituição, suficiência e exequibilidade da garantia fidejussória prestada pela GARANTIDORA;
- f) ter verificado os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76; e
- g) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação por ele anteriormente assumida.

6.3. O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua alteração, devendo permanecer no exercício de suas funções até o cumprimento integral das obrigações da EMISSORA decorrentes desta Escritura ou a sua efetiva substituição.

6.4. Serão devidas pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração da seguinte forma:

- a) Parcelas anuais de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo o primeiro pagamento devido na data de assinatura deste instrumento e os seguintes na mesma data do ano posterior;
- b) As parcelas citadas no item "a" supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão das Debêntures até as datas de pagamento, calculadas *pro rata die*, se necessário. Tal remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;
- c) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO em decorrência desta Escritura, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura; e



ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

d) as parcelas serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS^o (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, devendo, neste caso, o oficial do registro notificar a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localizam os estabelecimentos da EMISSORA;

i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

j) examinar as alterações do Estatuto Social da EMISSORA que modifiquem o seu objeto social, ou que, de qualquer forma, tenham algum reflexo na presente Emissão, cumprindo-lhe, se for o caso, convocar Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a matéria;

k) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deva efetuar suas publicações, observado o disposto na Cláusula 4.17 desta Escritura;

l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

Handwritten signature in blue ink, followed by a circular stamp containing a stylized 'B' or similar symbol.

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

m) elaborar os relatórios anuais e trimestrais destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, letra "b", da Lei nº 6.404/76, os quais deverão conter, pelo menos, as seguintes informações, além das estabelecidas no referido dispositivo legal:

- m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela EMISSORA;
- m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
- m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- m.5) amortização e pagamento de juros das Debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures pela EMISSORA;
- m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados mediante a emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
- m.7) relação dos bens e valores entregues a sua administração, se for o caso;
- m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento; e
- m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.

n) colocar os relatórios de que trata o item anterior à disposição dos Debenturistas nos seguintes prazos: (i) relatórios anuais: no máximo 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA; (ii) relatórios trimestrais: no máximo 15 (quinze) dias após o prazo determinado pela CVM para a entrega dos Informativos Trimestrais – ITR's, ao menos nos seguintes locais:

- n.1) na sede da EMISSORA;
- n.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- n.3) na CVM; e
- n.4) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das Debêntures.

o) publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, observado o item 4.17 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "n" acima;

p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à EMISSORA e à instituição prestadora de serviços de Debêntures escriturais;

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas nessa Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM; e

s) comunicar a EMISSORA no mesmo dia da realização de convocação de Assembléia Geral de Debenturistas ou de realização de Assembléia Geral de Debenturistas.

6.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO, após decisão da Assembléia de Debenturistas, observado o disposto nos itens 4.19.2 e 4.19.3. e obedecido o "quorum" de deliberação previsto na Cláusula 9.6 desta Escritura, conforme o caso, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos Debenturistas;

c) requerer a falência da EMISSORA; e

d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

6.6.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na alínea "a" da Cláusula 6.6 desta Escritura na ocorrência de uma ou mais hipóteses previstas na Cláusula 4.19 desta Escritura.

6.6.2. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância na função de AGENTE FIDUCIÁRIO, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

6.7.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar, no prazo de 2 (dois) dias o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para este fim.

6.7.3. Em qualquer hipótese, a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e normas posteriores.

6.7.4. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO, deverá ser objeto de aditamento à Escritura, devendo este ser averbado na Junta Comercial na qual será inscrita esta Escritura.

6.7.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

6.7.6. Na hipótese de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, seu substituto receberá a mesma remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO descrita na Cláusula Sexta desta Escritura, em todos os seus termos e condições, a partir da data de início do exercício de suas funções como AGENTE FIDUCIÁRIO. A remuneração constante da Cláusula 6.4. da Escritura poderá ser alterada de comum acordo entre a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas. Em caso de substituição, o AGENTE FIDUCIÁRIO substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma do item 4.17. desta Escritura.

6.7.7. Em caso de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação de serviços.

6.7.8. Na hipótese de renúncia ou substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que o substituto seja escolhido pela EMISSORA, aprovado pelos debenturistas e assuma efetivamente suas funções.

Cláusula Sétima - DAS DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas nas quais o mesmo tiver incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos, desde que documentalmente comprovadas.

7.1.1. O ressarcimento do qual a presente cláusula trata será efetuado no prazo de 2 (dois) dias após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas incorridas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

7.1.2. As despesas às quais se refere esta cláusula compreendem, inclusive, as seguintes:

(a) despesas com publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura ou que vierem a ser exigidas pela legislação/regulamentação;

(b) extração de certidões;

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

(c) locomoção entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e,

(d) eventuais levantamentos adicionais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes ao estrito interesses dos Debenturistas.

7.1.3. Em caso de inadimplência da EMISSORA quanto às obrigações oriundas desta Escritura, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive processos administrativos, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto no artigo 68, § 5º, da Lei nº 6.404/76, acrescidas à dívida da EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios, depósitos judiciais e custas e taxas judiciárias decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.1.4. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas nas quais tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldadas na forma da Cláusula 7.1.1. desta Escritura, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

Cláusula Oitava - DA RENÚNCIA

8.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Cláusula Nona - DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

9.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2. A Assembléia de Debenturistas desta Emissão poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.3. Aplicar-se-á à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

9.4. A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao Debenturista que for eleito pelos presentes.

9.5. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

9.6. Todas as deliberações da Assembléia de Debenturistas serão tomadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos votos presentes, exceto (a) no caso do item 4.19.3 desta Escritura e (b) nos casos em que a deliberação tiver por objetivo alterar as condições (i) de Remuneração e (ii) de Data de Vencimento das Debêntures, previstas, respectivamente, nos itens 4.9. e 4.5. da Cláusula Quarta desta Escritura, além do disposto neste item, que dependerão de aprovação por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos votos presentes à Assembléia de Debenturistas, observadas as disposições previstas no artigo 71, §5º da Lei nº 6.404/76, a respeito do quorum mínimo legal.

9.7. Para efeito do quorum de deliberação de qualquer AGD a que se refere esta Escritura, serão excluídas do número de Debêntures, as mantidas pela EMISSORA em tesouraria, as detidas pelos acionistas controladores, sociedades controladas, coligadas e subsidiárias da EMISSORA e seus respectivos administradores.

9.8. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias de Debenturistas.

9.9. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia de Debenturistas e prestar as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Décima - DA DIVISÃO

10.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Cláusula Décima Primeira - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura, sem prejuízo da faculdade das Partes de ajuizar qualquer ação ou procedimento perante o foro da comarca de Brasília, Distrito Federal.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam esta Escritura a EMISSORA e, na qualidade de intervenientes, o AGENTE FIDUCIÁRIO e a GARANTIDORA, em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Brasília, 26 de agosto de 2004.

Raf

[Handwritten signatures]

TABEIÃO DE NOTAS, 1476
Xavier F. C.
nte Auto

25

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

Ofício
REINALDO

Carla Cito
Carla Cito
Presidente
Brasil Telecom S/A

Paulo Pedrão Rio Branco
Paulo Pedrão Rio Branco
Diretor Financeiro

PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Paulo Luiz Ferreira
Paulo Luiz Ferreira
Procurador

Ofício
REINALDO

Humberto José Rocha Braz
Humberto José Rocha Braz
Diretor - Presidente
BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

Paulo Pedrão Rio Branco
Paulo Pedrão Rio Branco
Diretor Financeiro

Testemunhas:

1.-
Nome
CPF: 084.480.168-23
RG: 16.888.890-7

Samuel Saldanha
Samuel Saldanha
Gerente de Cap. e Adm. de Recursos
Brasil Telecom S/A

Testemunhas:

2.-
Nome:
CPF: 068.372.872-00
RG: 10368124-3 IPR-2J

Shay Chor
Shay Chor
Brasil Telecom S/A

CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS - BEL. HOMERO SANTI - TABELIÃO
Al. Santos, 1.470 - Cep 01418-100 - Tel. (11) 288-6277 - Fax: (11) 3284-6362 - São Paulo

Reconheço por semelhança as firmas: PAULO LUIZ FERREIRA,
INARA VEIGA MAIA, as quais conferem com os padrões depo
sitados em Cartório.
São Paulo, 27 de Agosto de 2004
Em testemunho da verdade.
Elaine Xavier Fialho - Esc. Autorizada
0408271227494 (Firma: R\$ 3,80; Tot

CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS - BEL. HOMERO SANTI - TABELIÃO
AL. SANTOS, 1.470 - CEP 01418-100 - TEL. (11) 288-6277 - FAX: (11) 3284-6362 - SÃO PAULO
Elaine Xavier Fialho
Escritora Autorizada

Cartório Notarial
do Brasil - SP
NOTA DE VALOR
ECONÔMICO 2
1042AA094066

2o. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO
SRTO/SUL. DO. 701 BL. 01 L3 24 TERREO
ED. ASSIS CHATEAUBRIAND - BRASÍLIA/DF
CNPJ/ME 00.618.421/0001-80

RECONHEÇO por AUTENTICIDADE a(s) firma(s)
del
FwyyYnb4-HUMBERTO JOSE ROCHA BRAZ.....
FwyyGAH4-PAULO PEDRÃO RIO BRANCO (23)....
FwyyLnI4-CARLA CITO.....

Em testemunho da verdade.
BRASÍLIA, 06 de Setembro de 2004

GOIANIO BORGES TEIXEIRA TABELIÃO
GENOQUES ALVES ROQUEZ ESC. NOT. AUT.
PRITA OLIDES DE P. PAES - ESC. NOT. AUT.
GUILHERMANDO N. DA SILVA - ESC. NOT. AUT.



JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL
CERTIFICO O REGISTRO EM: 08/09/2004
SOB Nº: 20040573370
Protocolo: 04/057337-0
Empresa: 53 3 0000622 9
BRASIL TELECOM S/A

Antonio Celson G. Mendes
ANTONIO CELSON G. MENDES
SECRETARIO-GERAL